

## **O ENSINO DE HISTÓRIA NO GINÁSIO PARANAENSE DURANTE AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE 1931 E 1942**

Cláudia Regina Kawka Martins<sup>1</sup> – PPG-UFPR

Este trabalho é uma parte da minha tese de doutorado, ainda em construção, a qual tem por objetivo perceber de que forma as reformas nacionais de ensino e as mudanças na legislação, que ocorrem a partir da década de trinta, atingem o ensino secundário público paranaense e a disciplina escolar de História.

O marco inicial da pesquisa é a data da reforma Francisco Campos, de 1931, considerada por grande parte dos historiadores o principal marco de mudança do ensino secundário brasileiro. Em termos nacionais, a partir dos anos trinta, ocorre uma grande expansão do sistema educacional, o qual se caracteriza por uma intervenção cada vez maior do Estado nessa questão e pela criação de uma política nacional de educação. É a partir desse momento que se estabeleceu, para esse grau de ensino, um currículo seriado e com frequência obrigatória, além da exigência do curso secundário para o ingresso no ensino superior. Também para o ensino de História ela foi de grande importância, pois, com essa reforma, a disciplina escolar de História recebeu muito mais extensão do que em todos os currículos anteriores, já que foi incluída em todas as cinco séries do curso secundário fundamental.

Escolhemos o ano de 1951 como limite temporal da pesquisa porque é nessa data que é feita outra reforma de ensino - a Lei n. 1.359, que modifica a seriação de disciplinas do curso secundário estabelecida pela Reforma Capanema de 1942 -, a qual estabelece um novo programa para o ensino secundário e mudanças na ordenação dos conteúdos de História.

---

<sup>1</sup> Professora de História do Colégio Militar de Curitiba e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, na área de História e Historiografia da Educação – mkawka@uol.com.br.

Utilizamos como fontes para essa pesquisa as propostas curriculares do período, o acervo do Arquivo Público e também fontes orais. Já entrevistamos Ernani Straube, que foi aluno, professor e diretor do Ginásio Paranaense (hoje Colégio Estadual do Paraná). Ele é filho de um ex-diretor do Ginásio Paranaense (o professor Guido Straube) e foi aluno do ginásio no início da década de quarenta. O resgate da memória de ex-alunos nos permite conhecer situações ainda não suficientemente estudadas e que não conseguiríamos reconstruir apenas com a utilização das fontes escritas, daí sua importância para essa pesquisa.

Uma das medidas tomadas pela reforma Francisco Campos foi a utilização do serviço de inspeção, o qual deveria controlar de perto o funcionamento dos ginásios, o cumprimento dos programas, a frequência dos alunos e a realização dos exames. Uma das funções do inspetor era assistir a todas as provas parciais das disciplinas de cada série. “Nos exames finais e nos exames parciais, eles (os inspetores) estavam presentes, acompanhavam o sorteio. Não era sorteado o ponto antes da chegada do inspetor ou de alguém que ele delegasse, porque ele não podia, porque eram muitas turmas.” (Ernani Straube. Entrevista, 2004). Esse sistema rigoroso de avaliação já era comum nas escolas primárias desde a Primeira República. “Nas escolas graduadas os exames tornaram-se rituais de grande projeção pública. (...) Para as bancas examinadoras eram convidados políticos e autoridades locais, portanto, uma validação social do ato de classificação de inegáveis conseqüências políticas e sociais.”<sup>2</sup>

Sobre o sistema de avaliação do Ginásio Paranaense, o ex-aluno Ernani Straube tem as seguintes lembranças:

Tínhamos provas a cada dois meses, eram chamadas de provas parciais com ponto sorteado, com inspetor federal, aquela coisa toda, ele acompanhava para ver se estava tudo sendo feito honestamente, etc. E essas provas depois eram computadas, eram somadas e no final do ano tínhamos uma prova escrita e uma oral. As provas parciais eram só escritas, só no final do ano que tinha uma oral. Nessa prova oral nós passávamos por três examinadores: o presidente da banca – que podia ou não fazer

---

<sup>2</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo. (1890-1910)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 244.

as perguntas – e dois examinadores. Então sorteava um ponto com um e depois sorteava com outro. Eles se revezavam nas perguntas, até que os professores se sentissem satisfeitos com as respostas dos alunos. (Entrevista, 2004).

Os relatórios dos inspetores de ensino, onde um dos itens era a exposição didática das diversas disciplinas, constituem-se como uma das fontes que utilizamos nesta pesquisa para entendermos o ensino de História do período. Percebemos, porém, que é uma fonte que deve ser analisada com cuidado. Pelos relatórios na década de trinta e quarenta que localizamos no arquivo do Colégio Estadual do Paraná, vimos que esses relatos são sempre muito parecidos, mesmo quando há mudança de inspetor, colocando, portanto, em dúvida se eles realmente assistiam as aulas dos professores. Ao que parece, a função do inspetor era muito mais administrativa do que pedagógica, ao contrário do que eles afirmam nos relatórios: “No exercício das minhas funções não me tem passado despercebida a metodologia de cada disciplina. Neste particular, acompanhei com empenho verdadeiramente vigilante o trabalho dos professores, que estão atenuando, tanto quanto possível, os defeitos e vícios dos programas vigentes.”<sup>3</sup> O relato do ex-aluno Ernani Straube reforça essa nossa hipótese: “não era comum o inspetor assistir as aulas. Uma vez ou outra. Ah, hoje o inspetor apareceu. Aí ele ficava um pouco do lado, assistia, depois ia embora, só para justificar talvez a presença dele.” (Entrevista, 2004).

HOLLANDA<sup>4</sup> apresenta uma crítica à forma como o serviço de inspeção acabou se organizando. Segundo ele, “permaneceu, somente, o aspecto administrativo, cada vez mais burocrático da inspeção”. O que se percebe em todos os relatórios que tivemos acesso sobre a maneira como a disciplina de História era trabalhada, é que eles repetem aquilo que as

---

<sup>3</sup> Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspetor dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.

<sup>4</sup> HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 15.

instruções pedagógicas<sup>5</sup> colocadas pela reforma Francisco Campos indicavam como sendo o ideal para o ensino dessa disciplina.

Esse ideal estava claramente baseado na concepção pedagógica que foi muito difundida no Brasil após a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e das várias conferências nacionais de educação que ocorreram nos anos vinte. Na III Conferência, inclusive, realizada em São Paulo, em 1929, apresentaram-se diversas teses sobre o ensino secundário que acabaram desembocando na reforma Francisco Campos, de 1931.

Um dos grupos da ABE, o qual “passaria a dominá-la a partir de 1932, os chamados ‘Pioneiros da Educação Nova’<sup>6</sup> defendia uma escola pública, universal, gratuita, laica e com co-educação dos sexos e uma concepção de educação que, por sua vez, “ganhou força em meios americanos e europeus desde o início do século, como uma metodologia crítica ao que consideravam a ‘escola tradicional’.”<sup>7</sup>

Essas novas concepções e procedimentos que pretendiam se opôr à escola tradicional divulgavam a idéia do aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, da necessidade do próprio aluno buscar o seu aprendizado e de ter mais espaço de participação nas aulas. Daí à crítica às “preleções” que aparece tão fortemente na reforma. As instruções pedagógicas da reforma de 1931 recomendavam que o uso das preleções deveria restringir-se ao mínimo possível. Sobre essa questão da preleção, Serrano<sup>8</sup> afirma que “um dos preconceitos mais arraigados no espírito dos estudantes (...) é que o bom professor de história deve fazer bellas prelecções, desenvolver brilhantemente cada ponto do programma e falar, quando explica a matéria, durante a hora toda destinada à aula. (...) Ora, há em tudo isto um

---

<sup>5</sup> As “Instruções Pedagógicas” para o programa de História da Civilização do curso secundário fundamental foram apresentadas pela Portaria de 30 de junho de 1931 e no Diário Oficial de 31 de julho de 1931.

<sup>6</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo: EDUSP, 1998. p. 9.

<sup>7</sup> REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (Org.) Histórias do ensino da História no Brasil. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 71.

<sup>8</sup> SERRANO, Jonathas. Como se ensina História. São Paulo: Melhoramentos, 1935. p. 80 e 82.

lamentável equivoco. (...) O perigo está na tendência a transformar todo o curso numa serie de conferencias, ainda que realmente brilhantes.” Assim o professor deveria dosar as preleções com “meios oportunos de visualização, quadros synopticos ou synchronicos, resumos, mappas, projecções fixas ou animadas.” (p. 83). Nas instruções metodológicas da reforma essa idéia também aparecia e nos relatórios do ginásio, lá está:

E não se limitou o lente (sem embargo da vastidão do programa, a exigir pressa) a preleções, que antes fazem o aluno a estudar e não aprender.<sup>9</sup>

É muito clara - nos relatórios dos inspetores do Ginásio Paranaense, sobre a disciplina História da Civilização - a preocupação com um ensino “susceptível de transfundir aos estudantes as capacidades fundamentaes de ver, investigar e realizar”<sup>10</sup> e de “despertar-lhes a curiosidade, suscitar-lhes o espírito científico, habituá-los ao esforço de pensar por si mesmos”<sup>9</sup>. Aparece também a “grande eficiencia das conversações entre professores e alunos e alunos entre si, quando processadas ao sabor de uma diretriz perfeita.”<sup>11</sup>

Essa semelhança entre as instruções pedagógicas da reforma e os relatórios do Ginásio Paranaense aparece em diversos momentos. Por exemplo, para o primeiro ano recomendava-se que o professor trabalhasse com a “história biográfica e episódica”, pois nessa série o “aluno não possui, via de regra, capacidade para entregar-se a estudos muito abstratos e sistemáticos.”<sup>12</sup> Nos relatórios que analisamos, sempre aparece esse método como o adotado pelos professores no Ginásio Paranaense:

Imprimindo um carater biográfico e episódico, nas primeiras series, nas series posteriores já pude apreciar nos alunos uma grande atividade intelectual, com a

---

<sup>9</sup> Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspetor dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curityba, Paraná.

<sup>10</sup> Exposição sobre os metodos de ensino. Relatório do anno lectivo de 1934, apresentado pelo Inspector Federal Dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curityba, Paraná.

<sup>9</sup> Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1935 apresentado pelo inspetor dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.

<sup>11</sup> Relatório do Curso Fundamental – meses de janeiro e março de 1939, apresentado pelo inspetor dr. Ulysses de Mello e Silva. Exposição geral sobre os métodos empregados no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior. Gymnasio Paranaense, secção do externato, Curityba, Paraná.

<sup>12</sup> HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 20.

verificação ainda, de inúmeros trabalhos críticos de história que bem demonstraram o acentuado progresso dos educandos e a eficiência do método do professor. Ótimos, pois, foram os resultados.<sup>13</sup>

Outro exemplo é a recomendação, nas instruções pedagógicas da reforma, de que se utilizasse como recurso nas aulas os meios visuais: “merece especial cuidado no ensino da História a iconografia, atendendo-se à curiosidade natural dos alunos pelas imagens. Além das gravuras impressas nos manuais, cumpre sejam também empregadas as projeções. (...) nunca se encarecerá demais o emprego das cartas, cuja leitura se aprenderá nas aulas de História como diligencia não muito distante da que é própria do ensino da Geografia.”<sup>14</sup> Nos relatórios apresentados pelos inspetores do Ginásio Paranaense aparece como recorrente o uso de mapas pelos professores e a aproximação com a Geografia:

Não se cansou o respectivo mestre de ilustrar suas preleções com imagens no quadro negro, exibindo sempre estampas e projeções, método excelente e menos cansativo para uma disciplina como esta, tão dependente da memória.<sup>15</sup>

Além das projeções, uma das inovações metodológicas de ensino da época era o chamado cinema educativo. Em 1933, o Ginásio Paranaense adquiriu um projetor de cinema: “No intuito de acompanhar o desenvolvimento dos processos pedagógicos modernos (...) a Diretoria resolveu dotar o estabelecimento do CINEMA EDUCATIVO. (...) adquiriu um projetor cinematográfico da afamada marca “PATHE”, de segunda mão, porém em perfeito estado de conservação e funcionamento e mesmo do tipo mais moderno.”<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1936 apresentado pelo inspetor dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.

<sup>14</sup> HOLLANDA, Guy de. Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro – 1931/1956. Rio de Janeiro: INEP, 1957. p. 21.

<sup>15</sup> Exposição didática. Relatório do mez de dezembro de 1937 apresentado pelo inspetor dr. Aldo Penteado de Almeida. Gymnasio Paranaense, secção do Externato, Curityba, Paraná.

<sup>16</sup> Relatório apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública por Guido Straube – diretor do Ginásio Paranaense – referente aos anos de 1932, 1933 e 1934. Curitiba, 31 de dezembro de 1934.

Nesse mesmo relatório o diretor do estabelecimento afirma que era preciso ter uma filмотeca própria, pois os gastos com a locação de fitas eram altos. Para isso sugeriu que 10% da taxa de frequência paga pelos alunos fossem destinadas para esse fim. “Conseguida a verba estadual e mensal que garanta o serviço regular de projeções, o Ginásio Paranaense será um dos poucos estabelecimentos de ensino secundário do país dotado deste aperfeiçoamento.”

Essa aquisição foi um marco para a história do ginásio e na sessão inaugural, realizada em 19 de agosto de 1933, um dos professores do ginásio, Guilherme Butler, assim discursou: “O corpo docente acompanha, com grande satisfação, os notáveis melhoramentos, tanto materiais, como intelectuais e morais, introduzidos no Ginásio Paranaense (...). É um importante passo na nossa marcha para diante, pois preenche uma lacuna há muito sentida. (...)”<sup>17</sup>

Nos arquivos do Colégio Estadual do Paraná encontramos uma lista com os nomes dos filmes que eram projetados para os alunos. Aqueles que continham conteúdos de História eram uma minoria, encontramos apenas dois, cujos títulos eram: “Roma – a cidade eterna” e “Revolução Francesa”. O uso de mapas também era recomendado pelas instruções pedagógicas da reforma e vimos que nos relatórios dos inspetores do Ginásio Paranaense a sua utilização pelos professores de História sempre aparecia.

No prédio da rua Ébano Pereira, local onde estava instalado o ginásio em praticamente todo o período que estamos analisando - a mudança para o prédio atual ocorreu em 1950 -, havia salas ambiente para as diversas disciplinas do ensino secundário. A sala de História era a de número dois, localizada no primeiro piso do prédio. “Então a gente já entrava naquela sala, naquele ambiente histórico. Todas as matérias tinham sala ambiente. Então nós nos deslocávamos. Terminou a aula, pegava todo o material, punha na pasta e ia para outra turma e ali já entrava outra diferente.” (Ernani Straube. Entrevista, 2004).

---

<sup>17</sup> STRAUBE, Ernani Costa. O prédio do gymnásio (1903-1990). Curitiba: SEEC, 1990. p. 49.

Segundo o relatório apresentado pelo interventor do Estado, em 1939, ao presidente da República, a sala ambiente de História tinha capacidade para 45 alunos e compunha-se de um quadro-negro, carteiras individuais, uma escrivaninha e uma poltrona para o professor, um suporte para estampas, vinte quadros-murais sobre História do Brasil e três mapas históricos grandes sobre a Antiguidade. A ordenação da sala era bastante tradicional, com as carteiras dos alunos bem alinhadas e voltadas para o local onde ficava o professor, numa posição de destaque.

O recurso à memória como fonte para se entender o cotidiano escolar é uma forma de se fazer uma contraposição aos relatórios dos inspetores, os quais são praticamente os únicos documentos escritos que permitem nos aproximarmos desse cotidiano escolar e do que teria sido o ensino de História nesse contexto que estamos analisando. Afinal, pelos relatórios o ensino de História do Ginásio Paranaense estava totalmente inserido nas novas concepções educacionais, porém não foi esse ensino que o ex-aluno Ernani Straube lembrou e nem é o que a foto anterior deixa transparecer. Suas lembranças sobre as aulas de História eram as seguintes:

As aulas de História eram basicamente expositivas. Às vezes usava um mapa, às vezes fazia alguma pergunta para algum aluno para ver se entenderam. Mas a gente não participava tanto como os alunos de hoje. Era muita data, muito local. E isso era cobrado na prova. O professor fazia o seguinte: dava aula normal, antigamente havia os pontos, um determinado número de pontos, aí ele tinha que seguir esses pontos, aquela ordem. Seguindo aquela ordem ele dava o assunto, explicava o assunto e depois na mesma semana ou de quinze em quinze dias nós éramos obrigados a fazer um mapa. O livro era mais pra gente estudar mesmo e tinha também os questionários que a gente respondia conforme estava no livro e ele cobrava esses questionários. O professor era o professor Homero de Barros, o professor Homerinho, como chamávamos, porque ele era baixinho. Era muito rígido, conhecia muito o assunto. Nós usávamos o livro, acompanhávamos mas o professor Homero não se servia do livro assim copiosamente para dar as aulas. O professor Homero dava aula totalmente expositiva, ele era muito sério, tinha muita cultura. (Ernani Straube. Entrevista, 2004).

Assim podemos concluir que os relatórios dos inspetores sobre a “exposição didática” não refletem realmente o que era a prática de sala de aula, mas sim apresentam o que era um “ideal” para essa prática, segundo a reforma de 1931 e suas instruções pedagógicas .